

ANGOLA SOB O DOMÍNIO
PORTUGUÊS *mito e realidade*

GERALD J. BENDER

ANGOLA SOB O DOMÍNIO PORTUGUÊS

Mito e realidade



MAYAMBA
BIBLIOTECA DA
HISTÓRIA



MAYAMBA
BIBLIOTECA DA
HISTÓRIA

Copyright: ©Gerald J. Bender /Mayamba Editora, 2013

1ª edição: Editorial Nzila, 2004

2ª edição: Editorial Nzila, 2009

Colecção: Biblioteca da História

Título:

Angola Sob o Domínio Português – *Mito e Realidade*

Autor:

Gerald J. Bender

Editor

Arlindo Isabel

Edição:

Mayamba Editora, 2013

Rua 3, n.º 231, Urbanização Nova Vida

Município de Kilamba Kiaxi – Luanda-Sul/Angola

Cx. Postal 34 62

E-mail: mayambaeditora@yahoo.com

Site: www.mayambaeditora.co.ao

Impressão e acabamento:

Damer Gráficas, SA

1.ª Edição na Mayamba Editora:

Luanda, Março de 2013

Tiragem:

1.500 Exemplares

Depósito legal n.º 5986/13

ISBN: 978-989-8528-39-1

ÍNDICE

Agradecimentos

.....

Introdução à presente edição

.....

Introdução

Primeira parte: O luso-tropicalismo

1. Luso-tropicalismo: teoria e prática inicial

.....

2. A dinâmica da miscigenação

.....

Segunda parte: O povoamento branco

Introdução

3. Os degredados e o sistema da colonização
penal

4. O povoamento branco dirigido na
Angola rural: a destruição de um sonho

.....

Terceira parte: A dominação racial

Introdução

5. Realidades da “missão civilizadora”:
do fim da escravatura à guerra da
independência
6. A resposta em tempo de guerra aos civis
africanos: o dilema do desenvolvimento
versus controle

Quarta parte: Conclusão

7. A realidade da raça em Angola
.....

Bibliografia

.....

AGRADECIMENTOS

Durante os dez anos de investigação e redacção que se passaram desde que estive pela primeira vez em Portugal e Angola, fiquei a dever um grande número de favores: a amigos e suas famílias pelo apoio e encorajamento emocional, a professores e colegas pelo estímulo intelectual e críticas animadoras, e a muitos indivíduos, aqui nos Estados Unidos e no estrangeiro, que, quer concordassem ou não com as minhas premissas ou conclusões, me abriram generosamente as portas para a informação e fontes que, de outro modo, seria impossível obter. Causa em mim um sentimento de frustração saber que, nestas escassas páginas de agradecimentos, não poderei agradecer nominalmente a todos aqueles que me ajudaram de uma ou de outra maneira, e que, inevitavelmente, mas por inadvertência, omitirei indivíduos que merecem ser mencionados. Por fim, gostaria de transmitir a exasperação que senti, ao escrever estas páginas, pelo número aparentemente muito restrito de maneiras de dizer <<obrigado>>.

Agora, que pus termo à obra, cá na conta de como foi importante a influência sobre mim de certos indivíduos que conheci antes de iniciar o estudo. A minha compreensão básica dos padrões e cambiantes das relações de raça foi formada por James Tillman, Jr. E Mary Tillman, aos quais ficarei sempre a dever muito, no campo intelectual. Sinto-me igualmente em dívida para com o Professor Robert T. Hol. Pelo seu ensino excelente e orientação muito hábil, durante os meus estudos universitários, e por me dissuadir de frequentar Direito, levando-me antes a prosseguir

estudos universitários em Política Africana, na UCLA.

O Valor potencial de uma investigação sobre Angola foi primeiramente sugerido pelos Professores C.S. Whitaker, Jr. E James S. Coleman e reforçado pelo encorajamento dos Professores James Duffy, William Gerberding e Daniel Biebuyck. Michael ^a Samuels abriu pistas valiosas e pôs graciosamente à minha disposição o seu saber e compreensão dos problemas e da logística da investigação sobre a Angola actual.

Sinto-me igualmente grato pelo auxílio e hospitalidade que me foi oferecida em Lisboa pelos Professores Ilídio do Amaral, Abílio Lima de Carvalho, Narana Coissoró, Raquel Soeiro de Brito, João Baptista Pereira Neto, Óscar Soares Barata e António da Silva Rego. Os Doutores Luís Polanah e Mário António Fernandes de Oliveira merecem um especial agradecimento pela sua perspicácia e forte apoio, durante muitos meses difíceis em Lisboa. Não teria conseguido entrar em Angola sem a intervenção de Narana Coissoró, António da Silva Rego e Carlos Teixeira da Mota, que me prestaram um auxílio vital durante a minha lua de cinco meses com a PIDE, Ministério do Ultramar e, sobretudo, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, todos eles me dificultando a concessão de um visto para Angola.

As minhas pesquisas em Angola poderiam não ser tão frutuosas como forma, nem eu conseguiria adquirir uma parte da minha compreensão da Angola rural, sem a ajuda, o apoio, a hospitalidade e o conselho perspicaz de Eduardo Cruz de Carvalho, de cuja colaboração teve a sorte de ter fluído, durante a maior parte do período em que este estudo foi escrito. Além disso, devo um grande favor a todas as pessoas que trabalhavam na Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, e que foram professores e amigos inestimáveis, especialmente Júlio Morais, Francisco Sá Pereira, José Almeida, Jaime Almeida, Manuel Dias, Manuel de

Oliveira, Elias Candeias e Duarte Candeias. Tirei também grande proveito das observações penetrantes e da ajuda valiosa de João David de Moraes e Luísa Maria Simões – Raposo. Todas estas pessoas arriscaram a sua segurança pessoal e profissional para me fornecerem dados e / ou documentos que contradiziam a linha oficial do Governo. Sem tais documentos, o presente estudo não excederia provavelmente o nível da polémica.

Agradeço a Fernando Borges Mouzinho e a Fernando Couto e Silva, respectivamente antigo presidente e vice-presidente da Junta Provincial de Povoamento de Angola (JPP), que generosamente me facultaram o acesso aos dados da JPP. Não me teria sido possível viajar fora de Luanda sem a ajuda do maior José Monroy, que, embora tendo concepções opostas às minhas, interveio junto da PIDE/DGS e assumiu a responsabilidade pela minha incursão no interior. Michael Chapman e Martim Cabral entrevistaram também junto da PIDE/DGS em meu favor e ajudaram –me a obter apoio logístico.

A minha investigação e redacção após o estágio em Portugal e Angola beneficiaram grandemente do futuro intercâmbio intelectual com amigos como John Marcum, Franz-Wilhelm Heimer, Gerard Chaliand, Juliette Mince, Basil Davidson, Douglas Wheeler, Jorge Vieira da Silva, Ismael Gaspar-Martins, Shmshon Zelniker e Lawrence Henderson. Todos eles foram fontes permanentes de estímulo e encorajamento moral, e nenhum <<perdeu a fé>>.

Gostaria de agradecer a Tampar Zelniker, Ricardo Klorman e Clarence e Charlotte Levine pela sua ajuda na preparação e interpretação dos dados e quadros que se encontram no capítulo 4. Sinto-me também muito grato pelo encorajamento e ajuda tão generosamente dados por Patrícia Tsien e Gilberto Schlittler, das Nações Unidas. O Foreign Area Fellowship Program forneceu a

ajuda financeira, que me permitiu passar dois anos em Portugal e Angola. Gostaria ainda de exprimir os meus agradecimentos à Fundação Ford e, sobretudo, a Wayne Fredericks e Haskell Ward, que foram os responsáveis pela criação da fundação, no interior da UCLA, do Centro de Estudos Americanos do Programa de Investigação Interdisciplinar sobre Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que eu dirigi entre 1971 e 1974. Foi durante este período que se levou a cabo grande parte da investigação e redacção do presente estudo. Estou particularmente grato a Colleen Hughes Trujillo, pelas muitas formas de ajuda, incluindo investigação, compilação, tradução, apoio moral e hábil trabalho de dactilografia.

Vários amigos e colegas dedicaram generosamente o seu tempo a ler ou extensas partes ou o manuscrito integral e forneceram muitos comentários e sugestões proveitosos. Entre eles, gostaria de mencionar os Professores Leo Kuper, Michael Lofchie e Allen Isaacman; o último foi uma fonte constante de inspiração intelectual e de forte apoio emocional, ao longo de todo este estudo. Beneficiei grandemente do meu longo contacto com John Marcum, cujos trabalhos modelaram profundamente os estudos da Angola contemporânea. A amizade de John, a sua vontade de trocar ideias e os seus destros conselhos durante anos são profundamente apreciados.

Devo especial gratidão a um mestre e amigo animador, Richard L. Sklar. O seu conselho sagaz, encorajamento permanente, instituições e críticas penetrantes e leitura cuidadosa do manuscrito melhoraram enormemente a qualidade da minha obra. Foi, durante todo tempo, um conselheiro perfeito e um amigo ideal. O meu mais profundo reconhecimento é dedicado a minha mulher, Tammy. A dedicação que lhe faço de presente estudo constitui apenas um testemunho simbólico do seu es-

forço, desde a ajuda na investigação, traduções, dactilografia e compilação, até a maneira eficiente como ela despertava a minha atenção, durante a redacção. Os amigos, que reconhecem o papel vital, sabem que este é, realmente, de muitas maneiras, o nosso estudo e compreendem também porque é que lho dedico com tanto amor.

É escusado dizer que o produto final não foi provavelmente escrito como alguns dos nossos amigos e conhecidos preferiria que fosse, que eles não concordam necessariamente com tudo que eu disse. Por mais cómodo e reconfortante que seja encontrar um bode expiatório, todos os erros de facto e de interpretação são, infelizmente, da minha exclusiva responsabilidade.

INTRODUÇÃO À PRESENTE EDIÇÃO

Durante mais de três décadas, raramente se passou uma semana sem que alguém me perguntasse: “Como é que começou a interessar-se por Angola?”. É uma longa e complicada história, na qual o mais puro acaso desempenhou um papel principal.

Quando andava na nona classe, fiz um teste que indicou que eu daria um excelente advogado. Os meus pais adoraram a ideia de o filho mais velho vir a ser advogado: o meu pai tinha sido obrigado a abandonar os estudos na nona classe devido à morte do pai, que o deixou com o encargo de cinco irmãos; a minha mãe tinha completado o ensino secundário. Portanto, eu prossegui os estudos que me levariam directamente à Faculdade de Direito. No meu terceiro ano na Universidade de Minnesota, vi um anúncio que dizia: “Gostarias da ideia de estudar no próximo Verão num destes países: União Soviética, Peru, Líbano ou Nigéria?”. Inscrevi-me porque tinha um especial interesse na União Soviética, mas depois perguntaram-me: “Falas Russo, Árabe ou Espanhol?” Como eu falava Alemão, eles decidiram que era melhor ser enviado para a Nigéria, onde se falava Inglês. A experiência na Nigéria transformou a minha vida.

Passei o verão de 1962 viajando por grande parte daquele país, coligindo dados para um estudo que comparava as suas três regiões quanto ao nível de “desenvolvimento comunitário”. Por todo o lado onde passei, os Nigerianos foram tão gentis e prestáveis que eu “me apaixonei” pelo país e os seus habitan-

tes. No regresso à Universidade de Minnesota para completar o quarto e último ano de bacharelato, concorri para algumas Faculdades de Direito (que nos Estados Unidos correspondem a cursos de pós-graduação). Um dia o meu orientador, Robert Holt, perguntou-me em que outra Faculdade eu me tinha inscrito, para além das de Direito. Eu não me tinha inscrito em nenhuma. Ele explicou-me que, dado o meu entusiasmo pela Nigéria e a importância que a África teria no futuro, deveria considerar seriamente a hipótese de ir fazer uma outra licenciatura e doutoramento, numa “Graduate School”. Deu-me uma lista de Faculdades para me inscrever mas acrescentou: “Deves ir para a UCLA [Universidade da Califórnia – Los Angeles], que tem não só o melhor programa de Estudos Africanos mas também três dos melhores académicos que trabalham sobre a Nigéria – James Coleman, Syl Whitaker e M. G. Smith.” Quando a UCLA me ofereceu uma generosa bolsa, abandonei completamente a ideia da Faculdade de Direito.

Durante os três primeiros anos da pós-graduação, concentrei-me quase exclusivamente na Nigéria. As cadeiras ministradas por Coleman, Whitaker e Smith contribuíram, de inúmeras formas, para alargar os meus horizontes intelectuais e reforçaram o entusiasmo que sentia pela perspectiva de regressar à Nigéria para fazer a pesquisa para o doutoramento. Quando chegou o momento de elaborar a proposta para a tese, escolhi focar a socialização política na Nigéria. Eu tinha publicado um artigo sobre a socialização política, sob a orientação de Jim Coleman e parecia-me natural prosseguir com o tema. Um dia, Coleman e Whitaker convidaram-me para um encontro e explicaram-me que havia demasiados académicos a estudar a Nigéria ao mesmo tempo. Se eu quisesse ganhar uma cobiçada bolsa da Fundação Ford, deveria focar um outro país da África que tivesse sido ainda pouco estu-

dado. Nesse dia fui para casa e (literalmente) chorei!

Em meados da década de 60 era óbvio que os países menos estudados da África eram as colónias portuguesas. Além disso, a Tammy durante a licenciatura especializara-se no Brasil e tinha aprendido Português. Pensámos que se eu também aprendesse Português, poderíamos um dia conversar um com o outro numa língua estrangeira. Perante estas considerações “académicas”, escolhi Angola e – não sabendo absolutamente nada dessa colónia – modifiquei a minha proposta, para estudar a “socialização política” em Angola em vez da Nigéria, e enviei-a para a Fundação Ford. Tive a felicidade de ganhar uma bolsa que cobria as despesas do último ano da pós-graduação, mais dois anos de trabalho de campo, visitas a uma dúzia de países africanos e um ano para escrever a dissertação de doutoramento. Porém, uma das condições para ter o subsídio daquela fundação era a obtenção de um visto dos Portugueses para fazer trabalho de campo em Angola.

O que eu ignorava na altura era que havia mais de um quarto de século que os Portugueses não concediam um visto a qualquer académico estrangeiro para estudar aspectos da política contemporânea em Angola e, portanto, a minha solicitação de um visto era um assunto muito sensível. Solicitei-o através da embaixada de Portugal em Washington e foi-me dito que o teria “no próximo mês”, depois “no princípio” do mês seguinte etc. etc. e assim se passou um ano inteiro sem que eu obtivesse o visto. Um dia recebi uma carta de Mike Samuels dizendo-me que tinha ouvido falar da minha difícil situação e que podia aconselhar-me. Eu não fazia ideia de quem ele era, mas soube que tinha passado bastante tempo em Portugal e em Angola estudando a educação em Angola no final do século dezanove e início do século vinte, para a sua tese de doutoramento, apresentada na

Universidade de Columbia. O conselho dele foi crucial: mudar a minha proposta de pesquisa para um tema muito menos político e, em vez de solicitar o visto através da embaixada portuguesa em Washington, contactar uma certa firma de relações públicas em Nova York – a Downs and Roosevelt – que na época fazia “lobby” a favor do governo português.

O conselho de Mike foi decisivo e resultou na obtenção de um visto para estudar o povoamento branco em Angola. À primeira vista o povoamento branco não era um assunto muito político mas, de facto, era altamente político. Os Portugueses tinham convencido inúmeros altos funcionários norte-americanos e europeus de que a colonização portuguesa era um caso único e que, nas suas colónias, tinham estabelecido relações raciais de igualdade com os Africanos. Em consequência, criara-se um forte grupo de pressão de proeminentes funcionários (por exemplo, o antigo Secretário de Estado Dean Acheson) que argumentavam que Portugal não deveria ser pressionado para pôr fim ao seu domínio colonial em África.

Cheguei a Portugal em 1967, planeando consultar bibliotecas e arquivos durante seis meses e seguir depois para Angola. Tudo correu bem até duas semanas antes da projectada viagem de barco para Angola, quando fui informado de que o meu visto tinha sido cancelado. Não houve qualquer explicação sobre quem tinha tomado tal decisão e porquê. A Fundação Ford fez-me saber que eu deveria voltar imediatamente para os Estados Unidos uma vez que já não tinha um visto para prosseguir. Graças à amizade e generosidade de Allan e Bobbie Isaacman (que tinham o mesmo subsídio que eu e estavam a caminho de Moçambique) pude sobreviver financeiramente nos seis meses seguintes.

Passei aqueles meses tentando descobrir quem cancelara o meu visto e porquê e, finalmente, tudo apontava para o Ministro

dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira. Precisei de três semanas de tentativas diárias para conseguir uma audiência com o Ministro. Ele explicou-me que havia três razões para me cancelarem o visto: 1) A minha bolsa era da Fundação Ford, a mesma fonte que “forneceu armas e balas para matar Portugueses inocentes, pretos e brancos, em Moçambique”; 2) Eu era Americano; 3) Ele queria uma “prova” de que eu não era agente da CIA. Fiquei absolutamente perplexo porquanto, na minha perspectiva em 1967, os Estados Unidos estavam a apoiar o esforço de guerra português. Precisamente antes de eu ter partido dos EUA, a publicação *Ramparts* (Dezembro 1966) tinha denunciado um escândalo sobre o embarque, pela CIA, de aviões B-26 equipados para a guerra na floresta tropical, para os Portugueses utilizarem em África. Não conseguia compreender porque é que Franco Nogueira havia de ser anti-americano. Ficou claro que ele tinha uma ideia errada da Fundação Ford por esta ter concedido aos nacionalistas moçambicanos cem mil dólares para o estabelecimento de uma escola para refugiados moçambicanos em Dar-es-Salaam. Mas como poderia eu “provar” que não era da CIA e porque é que eles estavam tão preocupados com isso?

Só compreendi a posição de Franco Nogueira quando, anos mais tarde, vários investigadores (incluindo Mike Samuels) requereram documentos ao abrigo do decreto da liberdade de informação dos Estados Unidos (“Freedom of Information Act”). Em 1962 a Administração Kennedy tinha concebido um plano para um golpe militar contra o ditador português António de Oliveira Salazar, a fim de estabelecer um regime que levasse a cabo a descolonização. No último minuto o plano foi denunciado e Salazar demitiu vários membros do seu governo que ele considerou suspeitos de colaboração com o complot americano. Um dos “jovens turcos” de direita no governo era precisamente Franco Nogueira.

Tornou-se evidente que eu, por mim próprio, jamais venceria Franco Nogueira a conceder-me um visto. Portanto, concentrei esforços em encontrar outra figura proeminente que pudesse advogar o meu caso junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros – alguém a quem o Ministro pudesse tornar responsável pela minha pesquisa. O Professor António da Silva Rego, professor de história colonial, Director do Arquivo Histórico Ultramarino e intelectual português altamente respeitado, escreveu uma carta a Franco Nogueira, indicando que eu era de facto um académico e que deveria obter um visto para prosseguir a minha pesquisa em Angola. Franco Nogueira concordou mas a polícia política portuguesa (PIDE) estava nervosa e insistiu em me fazer perguntas durante três semanas, acerca de tudo, desde os livros que eu consultara na Sociedade de Geografia de Lisboa até às amizades que tinha feito com africanos de Angola e de Moçambique durante a minha estadia em Portugal. Finalmente, ficaram convencidos de que era um genuíno candidato a doutoramento decidido a escrever uma dissertação sobre o povoamento branco em Angola – e assim cheguei a Luanda em Junho de 1968.

Nada na minha vida ou nos meus estudos me preparara para a PIDE. Vim a saber que eles colocaram dispositivos de escuta em todos os compartimentos da nossa casa, recolhiam o nosso lixo, e todos os dias colocavam em frente à nossa casa um africano que devia anotar quem ali entrava. Soube também que havia uma equipa que nos seguia por todo o lado (em Luanda e no interior) e o chefe da equipa em Luanda (um decrépito funcionário da PIDE) queixou-se de que nós caminhávamos demais e demasiado rápido...

Como já mencionei, o acaso desempenhou um papel importante. Quando cheguei a Portugal pela primeira vez, perguntava

a mim próprio que tipo de Portugueses ia para Angola. Decidi concentrar a atenção nos “degredados” – reclusos retirados dos calabouços das prisões portuguesas e enviados para a colónia. Sobre o assunto pouca pesquisa fora feita, portanto decidi esperar até chegar a Angola para explorar este tema. Quando consultei os arquivos angolanos, foi-me dito que ali não tinham material sobre degredados. As duas pessoas que tinham os arquivos a seu cargo eram mestiços – um jovem e uma senhora mais velha. Um dia o jovem (cujo nome esqueci) publicou um artigo num jornal controlado pela PIDE (*Tribuna dos Musseques*) intitulado “A traição de D. Nicolau”. Dom Nicolau da Água Rosada foi um príncipe dos Bakongo que nos meados do século dezanove recusou jurar lealdade aos Portugueses. O autor perguntou-me se tinha lido o artigo, o que me colocou perante um dilema: se deveria dizer-lhe honestamente o que pensava e correr o risco de retaliação, ou se deveria ficar calado. Eu estava tão aborrecido com o tal artigo que lhe disse que não podia compreender como é que ele esperava que um príncipe dos Bakongo jurasse lealdade a Portugal quando na época apenas havia meia dúzia de Portugueses na sua zona. Ele ficou tão zangado com a resposta que saiu do Arquivo. A sua colega, D. Ana de Sousa Santos, ficou tão satisfeita com a resposta que pôs à minha disposição toneladas de material sobre degredados, o que se reflecte no capítulo sobre os degredados em Angola.

Tive a felicidade de desenvolver uma relação de amizade com Eduardo Cruz de Carvalho, o chefe da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA). Tive também a felicidade de poder viajar mais de 7 000 quilómetros através de Angola com grupos de pesquisadores do MIAA durante o ano de 1968, porque foi isso que me ajudou a compreender melhor as realidades da Angola rural. Estou ainda mais agradecido a Cruz de Carvalho

por me ter fornecido cópias de todos os estudos apresentados ao Conselho Provincial da Contra-Subversão em Angola.

Em meados da década de 60, alguns oficiais do comando do exército português e alguns altos funcionários juntaram-se para analisar de forma realista a continuação da “guerra de libertação” em Angola. Constituíram um grupo (Conselho Provincial da Contra-Subversão) e encomendaram estudos sobre todos os aspectos da vida em Angola. Esses estudos são o equivalente dos “Pentagon Papers” para a política dos EUA no Vietnam. Os estudos, apresentados em 1969, revelavam uma faceta de Angola profundamente diferente daquilo que a propaganda e a maior parte dos trabalhos académicos mostravam. Por exemplo, tal como cito na minha conclusão, um desses relatórios afirmava:

Relações entre europeus e africanos – é um dos aspectos a ter em consideração no âmbito da contra-subversão. Há uma tendência entre os europeus, sobretudo os menos evoluídos, para paup-tarem a sua conduta em relação ao africano de acordo com uma supremacia que julgam ter em função da cor. Estes europeus nem sempre sabem distinguir, nas suas relações, o africano evoluído do menos evoluído e caem, frequentemente, em generalizações... Além disso, nos contactos entre europeus e africanos notam-se por parte dos primeiros atitudes, por vezes, de voluntário acinte.

Ao longo de todo o estudo que se segue, eu tento deixar que os factos falem por si – li mais de duas mil fontes diferentes e refiro mais de mil neste livro. Tal como na fonte acima citada, muitos Portugueses reconheciam o problema do racismo em Angola mas as suas vozes eram ofuscadas pela gigantesca máquina de propaganda e a pseudo investigação académica em Portugal. Sempre pensei que após o golpe militar de 25 de Abril de 1974 – que pôs fim à ditadura em Portugal e desencadeou o processo de independência das colónias – o meu livro viria a tornar-se ob-

soleto, porque as bibliotecas estariam cheias de livros que iriam mais longe do que a minha investigação. Mas embora tenham sido publicados alguns estudos notáveis, o mito do Luso-tropicalismo está vivo e de saúde em Portugal e este meu estudo tornou-se cada vez mais controverso. O exemplo seguinte poderá ilustrar este ponto.

Em 1995 fui contratado pela ONU para dar alguns seminários a 150 oficiais da UNAVEM III em Angola. Na minha primeira exposição destaquei a importância de se compreenderem certos factos básicos acerca do passado colonial, os quais incluíam, por exemplo, o pequeno número de negros que tinham terminado o Liceu e o número extremamente diminuto daqueles que tinham chegado à Universidade. Também chamei a atenção para o facto de que praticamente não havia negros em posições de supervisão no sector moderno da economia colonial. A primeira resposta que recebi do meu auditório, oriundo de vinte e seis países (incluindo Portugal), foi que “dado o grande número de mestiços que aqui fizemos, não podemos ser acusados de racismo”. Lamentei que eles não tivessem lido a conclusão deste livro, porque nesse caso teriam compreendido melhor a minha resposta: “Não se pode confundir erotismo com igualitarismo. Não se deve assumir que só porque alguém se deita com uma pessoa de raça diferente, isso quer dizer que considera o/a parceiro/a como um/a igual.”

Durante o intervalo que se seguiu à minha exposição, vi-me confrontado com dois oficiais portugueses que me acusaram de mentir acerca do período colonial. Fiz-lhes notar que eles não eram sequer adolescentes quando o colonialismo terminou em Angola e que deveriam estudar o período colonial antes de fazerem tais acusações. O que se seguiu foi uma situação bizarra. Os dois oficiais contactaram o embaixador português em Angola

que escreveu um memorando de três páginas para o seu Ministério dos Negócios Estrangeiros acusando-me de ser “militantemente anti-português”. Um especialista de África na embaixada de Portugal em Washington, que me contactava com frequência para conhecer a minha opinião sobre Angola, criticou-me porque estava a ter problemas por ter veiculado tantas das minhas opiniões – opiniões de alguém agora considerado “militantemente anti-português”. Um banqueiro português que me telefonava semanalmente para ouvir a minha análise sobre Angola também se queixou de que tinha problemas por me citar muitas vezes, sendo eu considerado “militantemente anti-português”. Nenhum deles voltou a falar comigo!

Fico impressionado com a reacção de tantos Portugueses que têm rejeitado não apenas os factos incluídos neste estudo mas também o próprio autor! Cada país tem o seu triste e infeliz passado. Há, obviamente, muitas maneiras de lidar com um tal passado, desde o seu reconhecimento até à total rejeição e à escrita de relatos revisionistas para encobrir esse período.

Voltando à época em que comecei a redigir este texto, o acaso interveio de novo quando Jim Coleman e Syl Whitaker deixaram a UCLA por essa altura. O Departamento de Ciência Política da UCLA tinha nomeado um outro proeminente académico e perito sobre a Nigéria, Richard L. Sklar, e ele tornou-se o meu orientador. Cada página deste estudo reflecte o seu cuidadoso e conhecedor contributo. Quando eu achei que tinha terminado a dissertação de doutoramento, Dick Sklar disse-me que ainda faltava mais um capítulo. Argumentei que já tinha dito tudo o que queria dizer. Ele corrigiu-me dizendo “Ainda tens outro capítulo dentro de ti, bem no fundo das tuas entranhas.” Ele tinha razão e esse capítulo é a conclusão deste livro, que deve ter sido a melhor coisa que alguma vez escrevi.

A minha maior esperança ao publicar de novo este estudo, um quarto de século após a sua primeira edição, é que ele venha a estimular investigadores actuais e futuros para focarem as realidades do passado colonial. Inúmeros documentos foram, entretanto, disponibilizados para consulta e centenas de livros e artigos apareceram depois de eu ter escrito este livro. Será para mim um enorme prazer ler estudos futuros que saibam ir muito além do material que apresento aqui.

Gerald Bender

INTRODUÇÃO

Repetidamente tenho versado este tema – da razão por que defendemos de armas na mão o Ultramar.

E mostrei que não podemos deixar de proteger populações cuja vontade é permanecerem portuguesas, nem deixar de preservar uma obra de civilização erguida e mantida por obra e graça de Portugal e só com Portugal subsistirá.

Nomeadamente ao Sul do Equador as duas grandes Províncias de Angola e de Moçambique que em Portugal criou a partir de um mosaico de pobres e geralmente decadentes tribus esparsas por territórios inóspitos, Angola e Moçambique são povoadas por pretos, brancos e asiáticos que amam a África e por nascença ou por escolha, a têm por terra mãe. Ali se caldeiam rasas, se permutam culturas, se estreitam relações, se alinham esforços para continuar e aperfeiçoar um tipo de sociedade onde os homens só contem pelas suas capacidades, pelos méritos ou pelos seus serviços.

Consideramos, por isso, nosso dever defender os confiantes em Portugal são fieis a sua bandeira; e entendemos ser nossa obrigação salvaguardar uma obra que representa um positivo contributo para o regresso da humanidade e da civilização¹.

Marcelo Caetano

DISCURSO NA ASSEMBLEIA NACIONAL

5 de Março de 1974

¹ Caetano, 1974 a, pp. 4-5 (do suplemento).

É difícil encontrar uma só década que seja, durante os cinco séculos da presença de Portugal em Angola, em que o rei ou primeiro-ministro não se tenha sentido forçado a defender a política colonial do País contra a crítica estrangeira e interna. As despesas e esforços coloniais raramente poderiam justificar-se com base em grandes lucros para o tesouro da metrópole ou pelo visível progresso material nas colónias africanas. Portugal era demasiado podre e carecia de forças humanas para desenvolver as colónias ou mesmo para explorar com eficiência, em proveito próprio, os seus recursos. No entanto, apesar destas realidades económicas e objectivas, os Governantes Portugueses nunca se sentiram duma réplica nacional às críticas estrangeiras e internas da vocação colonial de Portugal. A defesa de Marcello Caetano, supracitada, constituiu um dos derradeiros esforços de um estadista português para apoiar o colonialismo em África. As suas palavras, imagens e argumentos são impressionantemente semelhantes aos que aos seus predecessores utilizaram durante mais de um século. A ênfase característica põe-se mais sobre as «virtudes» humanas e espirituais do que sobre as virtudes materiais do colonialismo português, que – afirmava-se – gerou sociedades multirraciais harmónicas em Angola, Moçambique e Guiné – Bissau.

Desde o princípio do século XV, os exploradores, autores e estadistas portugueses enalteceram a grandeza da sua missão colonial de descobrir, conquistar, colonizar e prozelitar em terras distantes. Durante, a intelectualidade portuguesa, a literatura e o discurso político elogiaram a bravura dos soldados, a tenacidade dos colonos e, acima de tudo, a responsabilidade divinamente inspirada de Portugal de transmitir os valores cristãos e civilização ocidental e aos indígenas de África, das Américas, da Índia e da Ásia. Antes de meados do século XX, esta auto-

-adulação dirigia-se quase toda ao próprio país, sobretudo para inspirar o orgulho entre o povo português. Como não se podia manter o prestígio nacional refere-se a condição interna do país, buscava-se no registo português feitos de «além-mar». Assim, a glorificação da missão colonizadora servia principalmente as necessidades psicológicas, mas do que as necessidades políticas, dos sucessivos regimes portugueses.

Com o início da intensificação da crítica anticolonialista, nas Nações Unidas, em 1951, Portugal principiou deslocar a ênfase da sua «missão» de exaltação do colono ultramarino para o engrandecimento das sociedades multirraciais que estava a emergir em Angola e Moçambique. Doravante, a qualidade da sua política racial em África constituiria a primeira linha da sua defesa de Portugal contra crítica internacional. Além disso o termo legal «colónia» foi abandonado em favor de «Províncias Ultramarinas» - que possibilitou António de Oliveira Salazar rejeitar ressentidamente a crítica estrangeira como interferência injustificável nos negócios internos do seu País².

² Desde o século XVI Portugal modificou as designações para as suas possessões ultramarinas, chamando-as colónias, territórios ultramarinos, províncias ultramarinas e Estados. Em 1576 o historiador João de Barros referiu-se à «província» do Brasil e, em 1663, apareceu pela primeira vez a expressão «províncias ultramarinas». No entanto, «colónias» foi a expressão primordial até 1822, quando a primeira constituição escrita (que estabelecia o princípio da indivisibilidade de todos os territórios Portugueses e a cidadania de todos os seus habitantes) se referiu a «províncias ultramarinas». No século seguinte, ambas as expressões são empregues oficialmente, embora a maior parte dos escritores pareça preferir «colónias» até 1951, altura em que, sob intensa crítica internacional, Salazar insistiu em voltar a «províncias ultramarinas», já que ele lembrou a todos os interessados o princípio, de 1822, da indivisibilidade de todos os territórios portugueses. Como parte das «reformas ultramarinas», (simbólicas) de Caetano, adoptou-se em 1972 a designação de «estado» para Angola e Moçambique. Depois de 25 de Abril de 1974, «colónias» apareceu novamente em todas as referências oficiais e na maior parte das referências não oficiais a Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Com a independência, «nação» substituiu finalmente todas as anteriores designações.

Para uma análise da opinião portuguesa sobre a censura na ONU do colonialismo durante a década de 1950 e os primeiros anos sessenta, cf. F. Nogueira, 1963, pp. 39-76.

A descolonização da África britânica, francesa e belga, durante os últimos anos cinquenta e os primeiros da década seguinte, a anexação de Goa pela Índia, a eclosão de rebeliões de Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964) intensificaram as pressões internacionais contra Portugal. O Governo Português respondia com a afirmação de que a sua presença continuada em África era necessária para a preservação das tão celebradas sociedades multirraciais. Apenas uns dias antes do golpe de Abril de 1974, Caetano declarava oficialmente: «Estamos a lutar em defesa do direito que têm todos os homens de viverem juntos na África e , acima de tudo, em defesa da sociedade multirracial que lá formámos³.» De facto, Portugal apontava para as suas sociedades multirraciais como prova de que não estava empenhado num colonialismo explorador, vendo-se, por conseguinte, moralmente autorizado a permanecer em África. Tal posição encontra-se resumida nas palavras de Franco Nogueira, que foi o ministro dos Negócios Estrangeiros português durante quase toda a década de sessenta:

...fomos nós, e só nós, que trouxemos à África antes de ninguém a noção de direitos humanos e igualdade racial; e somos nós, e só nós, que praticamos o multirracialismo, havido por todos como expressão mais perfeita e mais ousada da fraternidade humana e progresso sociológico. No mundo, ninguém contesta a validade de princípio; mas hesita-se em admitir que o mesmo é de autoria portu-
gue-

3 Estas observações foram feitas numa entrevista concedida à revista francesa *Le Point* (1974 c, p. II). Excertos de mais de quarenta alocuções e entrevistas nas quais Marcello Caetano, invocou uma defesa semelhante do colonialismo português podem encontrar-se *in* Caetano, 1973 c, pp. 7-102; 1974, p. 5 (do suplemento). Cf. também 1951 b, pp. 41-42.

³ defesa semelhante do colonialismo português podem encontrar-se *in* Caetano, 1973 c, pp. 7-102; 1974, p. 5 (do suplemento). Cf. também 1951 b, pp. 41-42.

sa e em reconhecer a sua prática pela nação portuguesa; porque isso seria outorgar-nos uma autoridade moral e impor um respeito incompatíveis com as ambições que nos visam ⁴.

Tais declarações faziam-se tanto para consumo interno como estrangeiro – especialmente durante as guerras em África, quando se tornou cada vez mais necessário fornecer aos cidadãos portugueses uma motivação racional para as duras provações que eram obrigados a suportar. Durante os treze anos de guerra contra os nacionalistas, quase metade do orçamento era destinada à despesa militar; a economia da metrópole permanecia retrógrada e estagnada e milhares de jovens perderam a vida no campo de batalha, enquanto mais de um milhão de portugueses emigrou em busca de melhor sorte. Não era muito provável que a população se contentasse com ver na protecção dos investimentos do capital português e estrangeiro a justificação adequada para as suas tribulações. Não era, portanto, de admirar que os regimes de Salazar e Caetano apelassem par o orgulho português pelo «ultramar», afim de unir o país no esforço bélico. O orgulho pelas províncias ultramarinas tornou-se uma parte do «carácter nacional» português tão vital como o bacalhau o era para a dieta tradicional, ou a música do fado para a alma proverbial do país. O regime procurou alimentar este orgulho, inundando o país de panfletos, livros, filmes, cartazes e discursos, em louvor das sociedades multirraciais homogéneas das «províncias» africanas – singular «contribuição de Portugal

⁴ Nogueira, 1967, pp. 148-149. Nogueira demitiu-se de ministro dos Negócios Estrangeiros em 1969, ao ver que o regime de Caetano era demasiado liberal para se tornar porta-voz dos membros ultraconservadores do Parlamento. Esteve preso por um breve período de tempo no outono de 1974 por actividades contrárias à paz e à estabilidade do País e, mais tarde, imigrou para o Brasil.

para o progresso da humanidade e da civilização».

Naturalmente, os esforços para obter o apoio político à política africana de Portugal assentavam no pressuposto de que existia realmente em África sociedades multirraciais harmoniosas e que estas se encontravam num processo de maturação. Não foi muito difícil persuadir os portugueses da metrópole de que o multirracismo vigorava com pujança nas províncias ultramarinas. Adágios como «Deus criou os portugueses e os portugueses criaram o mestiço» eram provavelmente tão familiares aos portugueses metropolitanos como as palavras do seu hino nacional ou as estâncias de Os Lusíadas, de Camões ao fim e ao cabo, não constituía o Brasil um testemunho vivo da ausência, de racismo entre os portugueses e da sua capacidade para criar sociedades em que os indivíduos eram julgados pelas suas acções, e não pela sua cor? O Brasil não só forneceu à Portugal a evidência para uma argumentação de «inocência por associação», mas também a ideologia do «luso-tropicalismo», explicava as atitudes portuguesas quanto às relações de raça.

Foi muito difícil persuadir a comunidade internacional a aceitar a validade do luso-tropicalismo e os corolários políticos que justificavam o domínio colonial português. Não obstante, muitos estrangeiros – pondo de lado os brancos conservadores ou racistas – estavam convencidos da ausência de racismo na teoria e prática portuguesas. Logo a seguir a sua visita à Lisboa, em 1923, para assistir ao terceiro congresso Pan-Africano, W.E.B. DuBois escreveu: «Entre os Portugueses e os Africanos e quase Africanos não existe naturalmente antipatia “racial” – não há ódios históricos acumulados, menosprezo⁵.» Meio século mais tarde (1973), o ministro dos negócios estrangeiros do Quênia, Njoroge Mungai, observou numa alocução perante a

⁵ DuBois, 1925, p. 424; cf. também pp. 425-426.

Assembleia Geral das Nações Unidas «Portugal é uma Nação onde não existe racismo onde não em cima de racismo⁶.» Deve, no entanto, observar-se que nem de bois nem Mungai tiraram a conclusão de que a evidente aptidão nacional para a tolerância racial justificava a sua pretensão de determinar o destino de cerca de treze milhões de africanos coloniais. Era este o problema mais difícil de Portugal: convencer as pessoas a aceitarem a pretensão de que ele tinha o direito de permanecer em África para proteger e manter os «paradigmas da democracia racial».

A vocação africana de Portugal foi apoiada quase sempre pelos seus aliados militares. Os líderes políticos nos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e outros países europeus racionalizaram o seu apoio declarado ou velado à política colonial portuguesa com referências à presumida história da tolerância racial de Portugal em África. As opiniões de estadistas americanos tão influentes como Dean Acheson, George Kennan e George Ball e do almirante George Anderson (antigo embaixador em Portugal e presidente da Junta Consultiva de Informações Estrangeiras) ilustram os dividendos políticos que Portugal alcançou com a ênfase na sua imagem multirracial ⁷. Em 1970, o secretário de Estado William Rogers informou o presidente Nixon de que «a política portuguesa declarada de tolerância racial

⁶ citado in *Angola Comité*, 1973, p.9. para um resumo de discurso de Mungai (que foi muito crítico acerca do colonialismo português) na Assembleia Geral em 10 de Outubro de 1973, cf. U. N. Monthly Chronicle, 1973, p.145.

⁷ Para exemplos destes homens que citam a inexistência de racismo português com parte da base do seu apoio a Portugal no final da década de 60 e primeiros anos de 70, cf. Ball, 1968, pp. 245-252; Kennan, 1971, pp. 230-235; e o prológo excepcionalmente justificativo de Dean Acheson acreditou com tanta força na correcção da causa portuguesa que disse perante a Subcomissão do Congresso para os Assuntos Externos: «Penso outra vez que, se conseguíssemos travar a guerra de guerrilhas compreendida contra os Portugueses, estes podiam dispor de mais fundos próprios para despende, acelerando a introdução de novas escola, projectos de obras, etc., para os seus cidadãos africanos.» U.S. Congress, House Sub-Committee on Foreign Affairs, 1970, p.124.

é um factor importante nesta equação [de progresso para a autodeterminação]. Pensamos que isto contém genuína esperança para o futuro.⁸ »

Enquanto a maior parte dos estadistas portugueses e muitos estadistas americanos e europeus aceitaram a validade das asserções luso-tropicalistas de tolerância racial nas colónias, um número importante de angolanos pretos, mestiços e brancos condenaram o luso-tropicalismo como um mito cruel perpetrado para cegar o mundo às realidades de opressão e exploração racial.⁹ Atacaram sobretudo as doutrinas do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre – o «pai» do luso-tropicalismo – e aqueles que aprovavam as suas teorias por insistirem nas ligações sexuais inter-raciais enquanto ignoravam os factores económicos e políticos. Em meados da década de cinquenta, Mário Pinto de Andrade afirmava: «O luso-tropicalismo, não sendo válido para explicar a formação do Brasil, é inteiramente falso para as circunstâncias coloniais em África¹⁰.»

Estes críticos frisavam que era necessário ir além dos objectivos e aspirações da ideologia portuguesa sobre relações de raça e observar as vidas diárias dos negros nas colónias. Mencionavam o facto de que, após quinhentos anos de colonialismo, me-

⁸ Rogers, 1971, p.458

⁹ Virtualmente todos os líderes nacionais proeminentes e a maior parte dos seus adeptos, dentro e fora dos movimentos de libertação, que escreveram acerca das relações de raça em Angola, adoptaram esta posição. Excertos de discursos e artigos importantes de Agostinho Neto, Holden Roberto, Jonas Savimbi, Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e outros podem encontrar-se na valiosa colecção de documentos nacionalistas publicados

Por Chilcote, 1972 a, passim. Cf. também Boavida, 1967, p.13 e passim. Um dos ataques mais vibrantes à mitologia do luso-tropicalismo pode encontrar-se no prefácio de Amílcar Cabral ao livro de Basil Davidson, 1975, pp. 3-10

¹⁰ Andrade, 1955, p.29 e assim, especialmente pp. 27-28. O artigo constitui um violento ataque a Gilberto Freyre, que Andrade continuou alguns anos mais tarde no prefácio à excepcional antologia de poemas por ele editada (1975 pp. 1-14).

nos de um por cento dos africanos em Angola eram considerados «civilizados» ou «assimilados» sob a lei portuguesa (pré-1961) e perguntavam se isto se poderia conciliar com a pretensão de Portugal ao sucesso da sua «missão civilizadora». Realçavam a ausência de africanos e mestiços em todas as posições importantes, nos sectores privado e público da sociedade colonial, como também a sua minúscula representação nos níveis superiores do sistema educacional, e perguntavam que esperanças havia para o futuro daqueles que não eram brancos. Além disso, forneciam provas que documentavam o incessante uso de trabalho forçado, da prática difundida de expropriação de terras africanas, de prisões de torturas arbitrárias e até mesmo de massacres de aldeias inteiras, e perguntavam se isto fazia parte da «civilização» que eles deviam assimilar. Numa palavra, enquanto os movimentos de libertação atacavam o exercito português no campo de batalha, eles e os seus adeptos desafiaram o povo português e todos os estrangeiros interessados a medir as pretensões do luso-tropicalismo com as realidades sociais, económicas e políticas de mais de noventa e cinco por cento da população que não era branca. Os guerrilheiros não confiavam menos do que os portugueses de que os observadores e historiadores honestos haveriam de justificar as suas reivindicações¹¹.

¹¹ De acordo com as suas pretensões de não-racismo e da superioridade dos Portugueses, citados na nota 4, Franco Nogueira manifestava extrema confiança ao escrever: «Convidamos os outros a visitar-nos e a fazer uma comparação; mas muitos, entre os quais algumas pessoas de elevada responsabilidade, recusam-se a fazer isso, porque preferem antes atacar-nos a ter de confessar que em Angola ou em Moçambique viram o que seriam incapazes de ver em qualquer outra parte da África.» Nogueira, 1967,p.149.

A minha própria experiência com o antigo ministério dos Negócios Estrangeiros (e professor universitário) no ano seguinte (1968) estava em condição directa com esta afirmação: Após a minha recusa em lhe conceder direitos totais de censura sobre qualquer dos meus materiais publicados e não publicados acerca de Angola, como condição para retirar a sua recusa em aprovar o meu visto para Angola, Nogueira exigiu-me a garantia de que os meus estudos seriam

Enquanto portugueses e nacionalistas raramente concordam acerca de factos básicos, as diferenças maiores nas suas perspectivas históricas transcendiam as questões de facto. Tais diferenças reflectiam conjuntos antitéticos de valores, crenças, noções e atitudes que cada um dos lados empregava na sua análise e interpretação das relações portuguesas de raça. Por sua vez, semelhantes análises e interpretações determinaram em grande parte a natureza do testemunho que se juntou e apresentou e também as questões que se originaram desse mesmo testemunho. Assim, para muitos portugueses (e seus adeptos), o luso-tropicalismo constituía uma explicação exacta do igualitarismo racial português – considerando único no mundo moderno –, ao passo que, para outros, exprimiu um mito que ignorava as realidades de arrogância racial, genocídio cultural, degradação humana e exploração.

O presente estudo de Angola sob o domínio português é um exame do papel do luso-tropicalismo na formulação da política e legislação relativas à interacção racial, aos objectivos desta política e à maneira como foi executada por portugueses locais, desde o tempo da chegada inicial à colónia, no final do século XV, até à independência de Angola, em 1975. Forneço provas acerca do número, ambiente, actividades económicas e modelos de colonização dos portugueses em Angola, e mostro como estes factores se relacionam com a realidade de intercâmbio racial. A selecção de épocas e eventos históricos particulares reflecte a minha visão da sua importância para um exame crítico da teoria do luso-

favoráveis aos Portugueses. Quando lhe assegurei que as minhas investigações seriam tão objectivas quanto possível, retorquiu: «Ser objectivo é ser favorável aos Portugueses.» Entrevista com Franco Nogueira, Lisboa, 8 de Março de 1968.

-tropicalismo e para uma compreensão do desenvolvimento da colonização branca em Angola. Procurei também oferecer novos dados e testemunhos pouco conhecidos. Acima de tudo, tentei realçar materiais e análises que parecem iluminar os problemas potenciais das relações raciais numa Angola independente e nos seus Estados irmãos de expressão portuguesa em África e nem qualquer outro lugar, no Terceiro Mundo.

A primeira parte deste estudo constitui uma tentativa para responder a uma pergunta simples: teria a formação da sociedade e cultura portuguesa preparado de modo singular os europeus que viviam nas colónias para prosseguir e/ou manter relações amistosas e igualitárias com os povos não europeus? Visto que um dogma básico do luso-tropicalismo é que a formação da cultura e sociedade portuguesas era singularmente não racial, é necessário comprovar as características dos portugueses, tanto antes como depois das suas primeiras interações com africanos. De acordo com uma discussão do desenvolvimento e do papel do luso-tropicalismo no Brasil e em Portugal, analisam-se, no primeiro capítulo, duas importantes épocas históricas: (a) Os séculos anteriores à consideração da nação portuguesa, durante os quais sucessivas civilizações estrangeiras influenciaram e configuraram a cultura do povo português; (b) O primeiro século dos contactos portugueses com africanos – especialmente com os Bakongo, no Norte de Angola – , época em que, segundo se diz, não só se manifestou, mas se tornou para sempre rotineiro, o igualitarismo racial absolutamente singular.

O Brasil foi amplamente aclarado como um paradigma de assimilação racial e como o exemplo mais perfeito de democracia racial no Mundo. De facto, Freyre, Salazar, Caetano e muitos outros apresentavam o Brasil como prova de que há algo de único nas atitudes portuguesas perante a raça. Afirma-se que

isto também é evidente em Angola, já que foi colonizada pelos portugueses. Tal silogismo enganadoramente simples (isto é, os colonizadores portugueses criaram no Brasil a harmonia racial; ora, os Portugueses foram os colonizadores de Angola; portanto, a harmonia racial reina também em Angola) não só é um produto da teoria luso-tropicalista, mas ainda um argumento que influenciou fundamentalmente as percepções, portuguesa e não portuguesa, das relações raciais angolanas. Ordinariamente, a asserção resultante é que Angola está em vias de se tornar outro Brasil ou que já atingiu semelhante plataforma. Ocasionalmente, porém, engole-se e regurgita-se todo o silogismo, como sucede no exemplo seguinte:

A atitude geral perante a miscigenação é um factor importante na natureza das tensões raciais na sociedade. Existe a este respeito uma diferença crítica entre a maior parte dos portugueses e as pessoas de outras sociedades... O contacto racial português em África tem muito em comum com contactos similares [não-racistas] no Brasil... O preconceito baseado na aparência talvez não seja sequer tão dominante na África portuguesa como no Brasil, uma vez que a percentagem de *mestiços* entre as camadas sociais mais elevadas é maior em Angola do que no Brasil. Em nenhuma parte da África portuguesa as espécies de negros e brancos constituem os estereótipos e categorias que se encontram de forma tão comum noutras partes do mundo ¹².

Estas e outras afirmações são objecto de exame no segundo capítulo, em que se comparam os padrões portugueses de mis-

¹² Abshire e Bailey, 1969, pp.202-204. Estes autores passaram mais de um mês conduzindo investigações em Angola nos fins da década de 1960.

cigenação em todo o mundo, numa tentativa de descobrir se eles eram semelhantes entre si e se, como supõe o silogismo, o simples factor da nacionalidade da população branca (portuguesa) conseguirá explicar o carácter das relações de raça em questão. Abordam-se também outras variáveis explanatórias numa comparação dos padrões portugueses de miscigenação e das atitudes perante os mestiços com os de outros colonizadores europeus, no Novo Mundo e em África. Além disso, a questão de se as sociedades brasileira e angolana são suficientemente similares para se generalizar de uma para a outra, é objecto de consideração numa análise dos grupos raciais componentes em cada país. Determinei também até que ponto as relações de raça, no Brasil e em Angola, se conformam com os preceitos da ideologia luso-tropicalista.

Já que os luso-tropicalistas defenderam que as características especiais do colonizador português criaram a harmonia racial nas colónias, segunda parte constitui uma discussão do número e experiência, actividades económicas, padrões de colonização e atitudes raciais dos colonos brancos em Angola. O Brasil desempenhou, mais uma vez, um papel importante, se bem que indirecto, de influência sobre a história angolana; de facto, na mente do povo em Portugal, a colónia sul-americana conotava a proverbial «panela de ouro» na base de arco-íris; em contraste com ela, Angola representava o trabalho, a tribulação e até mesmo a morte. Por conseguinte, o Brasil atraiu a esmagadora maioria dos emigrantes portugueses, mesmo depois da declaração da independência, em 1822. No último quartel do século XIX, quando mais de meio milhão de portugueses se encontrava no Brasil, havia apenas três mil em Angola e ainda menos em todas as outras colónias africanas juntas (São Tomé, Cabo Verde, Guiné e Moçambique)¹³.

¹³ Os números foram compilados por Oliveira Martins a partir dos

Porque os homens livres habitualmente só com relutância se tornavam soldados, administradores, padres ou, sobretudo, colonos em Angola, quase todos os portugueses que se encontravam na colónia eram, até às primeiras décadas do presente século, as mascorras de Portugal foram a fonte mais importante de colonos brancos para Angola. O papel dos degredados na história angolana é analisado no capítulo terceiro.

Apesar da relutância dos portugueses metropolitanos em ver Angola como um lugar desejável para se estabelecerem, os teóricos coloniais portugueses continuaram a insistir na ideia de que a melhor maneira de garantir a soberania portuguesa e de desenvolver as economias coloniais era através do estabelecimento de agricultores de Portugal no interior do império ultramarino. Se restringirmos o termo «colono branco» de modo a incluir apenas aqueles que deixaram a Europa com a intenção de viver permanentemente na colónia – enquanto distintos dos soldados, degredados ou membros do serviço colonial –, então, a colonização branca não começou em Angola senão nos meados do século XIX (1849-1851), altura em que cerca de quinhentos brasileiros chegaram ao porto de Moçâmedes, no Sul de Angola. No entanto, a sua vinda revelou-se como uma anomalia, e quando se tornou evidente que Angola não atraía substancialmente mais colonos, quer da metrópole, quer do Brasil, o Governo decidiu voltar a sua atenção para métodos de intervenção directa no processo de colonização. Semelhante intervenção significava que o Governo seleccionava futuros colonos para Angola, fornecia-lhes transporte grátis para a colónia, e, uma vez chegados, dava-lhes terra, habitação, animais, sementes e subsídios. No léxico colonial português, tal facto designava-se por colonização

recenseamentos realizados entre 1869 e 1879 (1887, p. 181, mapa I, e p. 189, nota I).

dirigida ou planificada. Os objectivos da colonização planificada na Angola rural, os seus resultados e o seu impacte nas vidas dos africanos são analisados no capítulo quarto, em três períodos distintos: a) 1900-1950; b) 1951-1960; e c) 1961-1972.

Os padrões e mecanismos da dominação branca em Angola, desde o fim da escravatura, põem-se em relevo na terceira parte. Estadistas humanitários, como o Marquês de Sá da Bandeira, esperavam que os decretos de abolição do comércio transatlântico de escravos, em 1836, e da escravatura interna, em 1878, originariam uma nova era em que os africanos deixariam de ser maltratados pelos portugueses. No entanto, estas boas intenções colidiam com a avareza dos portugueses locais, cujo comportamento motivou um governador – geral a admoestar o Rei, em 1873, para que abandonasse para sempre quaisquer ilusões de que os brancos deixariam de explorar os africanos¹⁴. As orientações e práticas políticas, económicas e sociais dos portugueses em Angola, posteriores a esta admoestação do governador até 1961, data em que os nacionalistas empreenderam a luta contra o domínio português no campo de batalha, investigam-se no capítulo quinto.

Com o início da guerra da independência em, Angola, em Fevereiro – Março de 1961, o governo português viu-se forçado a reajustar certos aspectos da sua política colonial. Encetaram-se reformas, que pretendiam igualar as raças perante a lei. Desencorajaram-se desta forma legalmente as manifestações declaradas de preconceito racial. No entanto, a dominação branca continuou e aumentou mesmo até meados dos anos setenta. A longa história de abusos contra a população africana tornou-se então um problema militar e muitos soldados, juntamente com mui-

¹⁴ A carta confidencial do governador-geral ao Rei, enviado a 4 de julho de 1873, é citada in Sá da Bandeira, 1873, p. 68.

tos que trabalhavam no serviço civil, reconheceram que o sistema tinha de ser radicalmente reestruturado, a fim de eliminar ou, pelo menos, resolver o problema da alienação africana; mas, a questão era: como? Três amplos grupos de opinião emergiam entre os funcionários civis e militares. Um grupo acreditava que era possível ganhar-se os africanos para o lado português, se o governo desse seguimento a programas sociais e económicos que lhes forneceria oportunidades significativas para melhorar as suas posições sociais e económicas. Um segundo grupo afirmava que Portugal já não tinha tempo suficiente para executar as reformas que mitigariam a alienação dos africanos. Por consequência, o problema era controlar da melhor maneira possível o povo africano e impedir a sua colaboração com os nacionalistas. Por fim, uma minoria era parecer que o governo deveria ajudar os africanos rurais a melhorar os seus sistemas económicos tradicionais, porque qualquer tentativa para efectuar mais vastas mudanças estruturais (quer para a «modernização» ou controle) acabaria apenas por exacerbar os graves problemas sociais e económicos que já afligiam milhões de africanos e poderiam, portanto, ter o efeito de boomerang.

Os dois primeiros grupos («Deselopmentistas» e «Controlistas») divergiam fortemente entre si quanto aos objectivos preferidos, mas partilhavam da crença de que a melhor maneira de conseguirem o seu fim era a concentração dos africanos rurais em grandes aldeias, junto das estradas. O último grupo afirmava que eram necessários lugares estratégicos para a vigilância e o controle eficiente dos milhões de africanos dispersos na Angola rural, ao passo que o primeiro defendia (à semelhança dos que apoiam *ujamaa* na Tanzânia) que este era um primeiro passo imprescindível ao governo, de forma a fornecer um melhoramento de serviços e a ajuda necessária para o progresso social e

económico do campesinato africano. O terceiro grupo («Africanistas») mostrou-se intensamente crítico a todo o programa que implicasse um restabelecimento maciço de pastores e agricultores africanos. Os debates entre estes funcionários acerca das orientações, no período da guerra, relativas ao campesinato rural e à economia angolana em geral, são analisados no capítulo sexto.

A quarta parte, que é a final, do presente estudo, consiste num capítulo de conclusão, em que se avaliam à luz de perspectivas futuras as realidades históricas e contemporâneas de raça, em Angola.

PRIMEIRA PARTE

O LUSO-TROPICALISMO

LUSO-TROPICALISMO: TEORIA E PRÁTICA INICIAL

Para se compreender Angola sob o domínio dos Portugueses, deve-se, em primeiro lugar, entender o luso-tropicalismo, a ideologia que se utilizava para explicar e justificar a presença portuguesa em África. Os proponentes do luso-tropicalismo defenderam que, em virtude da ausência, única (segundo diziam) no plano histórico, de racismo entre o povo português, a sua colonização dos territórios tropicais, não-europeus, era caracterizada por uma legislação e interacção humana racialmente igualitária¹⁵.

Para a maior parte dos não-portugueses, o luso-tropicalismo é (quando muito) um mito romântico ou (no pior dos casos) uma mentira odiosa para obscurecer as realidades do colonialismo português. Os estrangeiros raramente admitem que o povo português tenha realmente acreditado no luso-tropicalismo ou que este inspirasse a política e a acção portuguesas em África. No entanto, para a esmagadora maioria do povo português, anteriormente ao golpe militar de Abril de 1974, o luso-tropicalismo representou verdadeiramente a política, a prática e os objectivos portugueses. É duvidoso ter havido outra ideologia que mais ampla e fervorosamente fosse aceite pelos portugueses ou tenha

¹⁵ Cf. Chilcote, 1972 a, pp. xxii- xxiii; Hammond, 1967, pp. 205-206; e Gaspar, M. da C., 1966, pp. 125-144.

dado azo a tanta atenção escrita, dentro de Portugal¹⁶. Mesmo hoje, alguns anos após a queda da ditadura de Salazar e Caetano, muitos portugueses que se consideram agora como «anticoloniais» continuam a acreditar em vários dos dogmas básicos do luso-tropicalismo. Os temas mais persistentes na abundante literatura que expõe o luso-tropicalismo podem sintetizar-se da seguinte maneira:

Dado o fundo cultural e racial absolutamente único de Portugal metropolitano, os exploradores e colonizadores portugueses revelaram uma capacidade especial – que não se encontra em mais nenhum povo do Mundo – para se adaptarem às terras e povos tropicais. O colonizador português, basicamente pobre e humilde, não teve as motivações exploradoras dos seus congêneres dos países mais industrializados da Europa. Por conseguinte, ele entrou imediatamente em relações cordiais com as populações não-europeias que encontrou nos trópicos. É o que se demonstra claramente através dos contactos iniciais de Portugal com o reino Bakongo, na última parte do século xv. A derradeira prova da ausência de racismo entre os portugueses descobre-se, no entanto, no Brasil, do qual a vasta e socialmente predominante população mestiça constitui o testemunho vivo à liberdade da relação social e sexual entre portugueses e não-europeus. A inexistência do racismo português demonstra-se também pela ausência, na lei portuguesa, da legislação racista que existe na África do Sul e existiu, até época recente, nos Estados Unidos, impedindo os não-brancos de ocupação de cargos específicos, facilidades, etc. Por fim, todo o preconceito ou discriminação nos

¹⁶ Duffy, 1962 b, pp. IO-II; e Boxer, 1963, p. 2.